

**Hora de lutar pela defesa da autonomia universitária, por reajuste salarial e contra a reforma da previdência que confisca direitos**

## TODOS ÀS ASSEMBLÉIAS

*Vamos aprovar a paralisação no dia 10 de maio, a participação em massa nos atos unificados com o funcionalismo e a construção da greve da categoria*

**E**ntregue a pauta unificada de reivindicações da data-base 2007 aos reitores, no dia 17 de abril, a mobilização entra numa etapa importante no mês de maio. A primeira negociação com o Cruesp está marcada para 10 de maio, às 15 horas, na reitoria da Unicamp.

O Fórum das Seis está propondo às assembleias da categoria que aprovelem uma paralisação para esta data, em todas as unidades. A orientação é que docentes, funcionários e estudantes participem do ato conjunto com o funcionalismo paulista, também previsto para esta data, com concentração no MASP/Av. Paulista (o horário será definido

em plenária das entidades no dia 7/5 e amplamente divulgado).

O Fórum também indica às assembleias que discutam a construção da greve em defesa da autonomia universitária, por reajuste salarial e contra o projeto da reforma da previdência (*leia sobre a SPPrev nas págs. 6 a 8*).

Participe da assembleia em sua unidade e venha engrossar a luta! Sem mobilização, não tem luta! Sem luta, não tem conquista! É hora de defender as universidades públicas e reagir ao autoritarismo do governo estadual, construindo uma forte mobilização nas universidades, em sintonia com o funcionalismo público.

### Cresce a mobilização estudantil



*Nas págs. 4 e 5, confira a mobilização dos estudantes de Registro e Rosana e a ocupação da reitoria da USP*

## SPPrev: Mobilização garante primeira vitória, mas a luta pela retirada do projeto de Serra continua



Manifestação em frente à Alesp, em 25/4

*Nas págs. 6 a 8, saiba detalhes do PLC 30/2005 e veja como está a mobilização*

# Pauta foi protocolada em 17 de abril. Reivindicação salarial traz índice mais parcela fixa

O atual presidente do Cruesp e o reitor da Unicamp, professor Tadeu Jorge, recebeu a Pauta Unificada de Reivindicações da data-base 2007 no dia 17 de abril. A entrega foi feita durante um ato que marcou o início da campanha salarial.

O professor Francisco Miraglia, coordenador do Fórum, transmitiu ao presidente do Cruesp a preocupação com os ataques desfechados pelo governo estadual, cobrando dos reitores que tomem uma postura pública em defesa das universidades. Tadeu Jorge argumentou que, na Unicamp, isso já havia ocorrido, através de artigos na imprensa e de carta conjunta dos diretores.

O reitor da Unicamp informou a existência de um “acordo verbal” com o governo, de que as negociações salariais das universidades continuarão sob responsabilidade dos reitores, como ocorria antes da posse de Serra e de seus decretos. Tadeu Jorge entende que, por serem autarquias de regime especial, as universidades não precisam se adequar ao decreto 51.660, que institui a Comissão

*O ato público no dia 17 de abril, durante a entrega da pauta ao presidente do Cruesp, o reitor Tadeu Jorge (abaixo)*



de Política Salarial (CPS), sob a tutela da Secretaria de Gestão Pública.

No ato público realizado em frente à reitoria da Unicamp, usaram a palavra representantes de todas as entidades sindicais e estudantis presentes. O professor Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp, informou que várias unidades da Unesp haviam paralisado naquele dia. “A política do atual governo é governar por decreto, num show de autoritarismo que só pode ser vencido com a nossa luta”, disse.



**Jornal da Associação dos Docentes da Unesp. Adunesp S. Sindical**

**Diretoria:** Milton Vieira do Prado Júnior (Presidente, FC/Bauru), Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (Vice-presidente, FFC/Marília), João da Costa Chaves Júnior (Secretário-geral, FCL/Assis), Maria Aparecida Segatto Muranaka (Vice-secretária, IB/Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Tesoureiro-geral, FE/Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Vice-tesoureiro, IB/Rio Claro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.  
Fones (11) 3242-7080.

Home page: [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br)

E-mail: [adunesp@adunesp.org.br](mailto:adunesp@adunesp.org.br)

Jorn. resp.: Bahijji Haje

## Reitoria da Unesp paga, finalmente, o índice de 1,79% retroativo a maio

Após quatro meses de constantes reivindicações da Adunesp e do Sintunesp, a reitoria da Unesp finalmente concordou em corrigir um grave problema. Trata-se do pagamento do valor correspondente ao retroativo do índice de 1,79% aos sa-

lários de maio/2006. O pagamento será feito em folha complementar, em 14 de maio. A categoria espera que, neste ano, a Unesp não repita novos ataques à isonomia entre as universidades. Docentes e servidores exigem e merecem respeito.

## Confira a Pauta Unificada 2007

O Fórum das Seis definiu três eixos prioritários para a campanha salarial deste ano. São eles.

**1) Defesa da construção de um Sistema de Educação Pública Paulista e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza (conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988):**

- 1a) manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 1b) não fragmentação dos diversos níveis de ensino; e
- 1c) revogação dos decretos do governo José Serra.

**2) Aumento do investimento do Estado na Educação pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza:**

- 2a) dotação orçamentária específica, incluída no percentual destinado às universidades e ao Centro Paula Souza para a consolidação da expansão de vagas já realizada;
- 2b) dotação orçamentária específica para garantir políticas de permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza;
- 2c) contratação, por concurso público, de docentes e funcionários técnico-administrativos, objetivando a elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- 2d) manutenção de isonomia salarial e paridade entre aposentados e pessoal da ativa;
- 2e) adoção de políticas efetivas para combater a sonegação, a corrupção e a evasão fiscais.

**3) Criação de melhores condições de salário, de trabalho acadêmico e de inserção social para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza:**

- 3a) reajuste de 3,15% (para voltar ao poder aquisitivo de maio/2006) mais a incorporação ao salário de parcela

fixa, de acordo com as seguintes diretrizes:

Para os docentes, incorporação no salário base de parcela fixa, conforme a tabela a seguir:

Regime de trabalho	Parcela fixa (em reais)
RTP	200 / 5,7691 = 34,67
RTC	200 / 2,2727 = 88,00
RDIDP	200

Para os funcionários técnico-administrativos, incorporação no salário base de R\$ 200,00 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa proporcional à razão entre a jornada em questão e a jornada integral;

- 3b) revogação de políticas que terceirizam e precarizam o trabalho;
- 3c) democratização da estrutura de poder nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza;
- 3d) preservação da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- 3e) manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução Unesp 63/95).

## Unificação da luta

Neste ano, uma antiga e permanente preocupação do Fórum das Seis começa a trazer resultados: a busca pela unificação da nossa luta com o conjunto dos funcionários públicos. Nada mais coerente, uma vez que temos o mesmo “patrão”, sofremos com a mesma política de sucateamento dos serviços essenciais (saúde e educação), lutamos por mais verbas e, agora, em particular, somos submetidos às mesmas ameaças de confisco de direitos no projeto de reforma da previdência do governo estadual (a SPPrev).

No dia 25 de abril, cerca de 20 mil funcionários públicos protagonizaram uma grande manifestação em frente à Assembleia Legislativa, no momento em que ocorria uma audiência pública para discutir o projeto da SPPrev. Antes e depois do ato, eles fizeram uma passeata pelas avenidas Paulista e Brigadeiro Luiz Antônio.

Nas plenárias unificadas do funcionalismo, em que a Adunesp tem estado presente, junto com as demais entidades que compõem o Fórum das Seis, está sendo discutida uma possível greve conjunta, com base nos seguintes eixos:

- Abaixo os decretos do governo Serra;
- Mais verbas para os serviços públicos essenciais;
- Negociação salarial direta com o Executivo (respeitadas as especificidades de cada setor, por exemplo a do Fórum das Seis, que negocia diretamente com o Cruesp);
- Retirada do PLC nº 30/2005 (SPPrev);
- Contra a terceirização;
- Defesa do Iamspe;
- Contra a corrupção, a sonegação, a isenção e a renúncia fiscais no estado.



Ato em Campinas, durante a entrega da pauta (17/4)

# DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

## Governo envia projeto de LDO 2008 à Alesp. Adivi- nhe quanto está previsto para as universidades?

**S**e você respondeu 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), acertou em cheio!

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, enviado pelo governo Serra à Assembléia Legislativa, é mantido exatamente o que foi destinado em 2007 e nos anos anteriores. Não há nenhuma previsão de verba extra-cota para a expansão, o que tende a agravar a situação na Unesp (ao lado, veja a mobilização dos estudantes nos campi experimentais).

O projeto de Serra também prevê uma perda de cerca de 7,8% da arrecadação geral do estado (quase o orçamento anual das universidades); a regulamentação para os serviços terceirizados, o que aponta para uma maior precarização das relações de trabalho no serviço público; a "legalização" do pagamento dos aposentados com recursos da educação ativa etc.

O artigo 28 do projeto de Serra prevê a retenção da contribuição previdenciária, ou seja, parte significativa dos 9,57% destinados às universidades já ficaria retida pelo governo.

Já o artigo 33 impõe a entrada de todos os órgãos do serviço pú-

blico no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo (SIAFEM), órgão ligado à Secretaria da Fazenda. O que poderia parecer uma medida de garantia de transparência, pois aumentaria o controle dos gastos nas universidades, revela-se um grande problema. Ao contrário do que vem acontecendo desde o advento da autonomia, em 1988, as universidades não poderiam mais manusear verbas e alocar recursos para determinados setores que deles necessitem emergencialmente. Seus orçamentos estariam engessados.

O conteúdo do projeto de LDO 2008 de Serra não deixa dúvidas so-

bre sua política. Se é que ainda havia alguma. Trata-se de um governo que, amparado na vitória obtida ainda em primeiro turno, procura impor sua política de corte nos serviços essenciais (saúde, educação), aperto sobre os servidores (arrocho salarial, prejuízos com a SPPrev) e favorecimento dos grandes grupos econômicos (através de isenções de impostos, cumplicidade com a sonegação, abertura de "mercado" aos bancos com a reforma previdenciária etc).

A luta na LDO, assim como vem acontecendo nos últimos anos, é parte da nossa agenda também agora. Somente o poder da mobilização e ação organizada da comunidade acadêmica (professores, funcionários e estudantes) das três universidades paulistas, em articulação com o funcionalismo público, poderá impor um freio ao governo Serra.



Serra, o inimigo público número 1 da educação

### *Pra lembrar...*

#### **Os decretos de Serra**

Logo em seus primeiros dias de governo, José Serra surpreendeu a comunidade universitária com uma série de decretos (51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660, dentre outros), que fragmentam ainda mais a área da educação (as universidades ficam na Secretaria de Ensino Superior, a educação básica na Secretaria da Educação e o Centro Paula Souza, com suas escolas técnicas e faculdade de tecnologia, na Secretaria de Desenvolvimento), atacam frontalmente a autonomia das universidades (gastos e demais decisões, como a contratação de pessoal, ficam sob o crivo direto do governo) etc.

### Ocupações nas reitorias da USP e Unicamp, greves e protestos na Unesp

## Cresce a mobilização estudantil contra os decretos e por melhorias nas universidades estaduais paulistas

**A** gestão do governador Geraldo Alckmin, uma das mais amargas para as universidades estaduais paulistas, na qual a expansão eleitoreira e sem recursos deu o tom, terminou de forma melancólica. E o que parecia improvável, aconteceu: o sucessor José Serra mostra-se mais afiado ainda para

atacar o ensino público. Com os velhos e novos ataques, as universidades são, hoje, um caldeirão de problemas sempre prestes a transbordar.

No fechamento dos textos desta edição do **Adunesp Informa**, no dia 5/5/2007, cerca de 300 estudantes da USP permaneciam dentro da reitoria daque-

la universidade, após uma ocupação iniciada no dia 3. O movimento foi desencadeado após a ausência da reitora Suley Vilela e de seu vice, Franco Lajolo, de uma audiência pública agendada pelos alunos, para discutir os decretos do governo Serra e as reivindicações do movimento estudantil. De acordo com os esti-

# DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Wilkinson Marques Lemes



10/4/2007: Estudantes na rua em Registro

tudantes, o gabinete da reitoria havia confirmado a presença de representantes na audiência.

As cinco principais reivindicações dos estudantes são: 1) posição pública da reitoria da USP sobre os decretos do governo estadual (sobre educação, autonomia universitária e criação da Secretaria de Ensino Superior); 2) solução dos problemas de falta de moradia estudantil em todas as unidades; 3) contratação de professores; 4) reforma nos prédios da FFLCH, IME e Fofito; 5) realização de uma reunião aberta do Conselho Universitário para debater os decretos do governo.

A reitoria montou uma comissão para negociar com os estudantes, coordenada pelo vice-reitor (a reitora viajou para a Espanha).

## Ocupação na Unicamp

Movimento semelhante ao da USP também ocorreu na Unicamp. Entre os dias 27 e 30 de março, cerca de 300 estudantes ocuparam o prédio da reitoria, reivindicando melhorias na moradia estudantil, e só saíram do local após concessões importantes.

O reitor Tadeu Jorge comprometeu-se a iniciar reformas nas residências do Bloco B, que apresentam problemas na estrutura. Durante o período das obras, os estudantes desalojados serão ressarcidos dos gastos com aluguel, água, luz e transporte. A reitoria criou um grupo de trabalho para estudar a ampliação da moradia.

Outras duas reivindicações dos

estudantes também foram atendidas: posicionamento público do reitor sobre os decretos (ele teve artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 6/4) e posse dos representantes discentes no Conselho Universitário (até agora, eles não eram reconhecidos pela reitoria).

## Universidade ou ilusão?

A mobilização também é crescente entre os estudantes da Unesp. Várias manifestações e paralisações parciais vêm ocorrendo nas unidades.

No dia 17 de abril, data da entrega da pauta unificada de docentes, funcionários e estudantes ao Cruesp, houve atividades em vários *campi*. Em Rio Preto, cerca de 400 alunos – com narizes de palhaço e roupas pretas – fizeram uma grande manifestação durante a visita do secretário de Ensino Superior, José Aristodemo Pinotti à Unesp.

Nos *campi* experimentais (até recentemente chamados de unidades diferenciadas), onde a situação é particularmente caótica, a mobilização é mais expressiva.

A criação destas novas unidades foi uma das principais medidas da expansão promovida no governo Alckmin. Porém, como a Adunesp e demais entidades do movimento acadêmico denunciaram à época, a expansão foi feita sem

garantia de verbas. Hoje, cinco anos depois, o quadro é dramático: o governo estadual deixou de repassar verbas destinadas à expansão, as prefeituras locais não cumprem sua parte nos convênios, faltam condições mínimas de funcionamento e várias disciplinas não têm professor, buraco muitas vezes coberto com a contratação de substitutos.

Em Registro, uma passeata de estudantes ocupou as ruas centrais no dia 10 de abril. Com faixas, cartazes e nariz de palhaço, eles gritavam palavras de ordem contra a falta de verbas e a postura da prefeitura municipal, que não vem cumprindo sua parte no acordo. A situação é tão grave que a cidade teme ver fechada a sua primeira e única universidade pública.

O convênio de criação da unidade de Registro foi assinado em 2003. De sua parte, a prefeitura comprometeu-se a garantir recursos financeiros para a construção do espaço físico necessário. Até hoje, isso não ocorreu e as aulas são dadas de forma precária, em locais improvisados.

Em Rosana, também insatisfeitos com a situação, os estudantes realizaram uma assembléia no dia 28 de março e aprovaram uma Carta de Reivindicações, na

qual demonstram o repúdio ao descalço com as universidades estaduais paulistas. Eles lembram que, após a gestão Alckmin ter aprovado os problemas, “principalmente através de uma expansão de vagas inconses-

quente, sem o devido aumento de verbas”, o atual governo Serra chega com novos ataques, desta vez por meio de decretos que estrangulam a autonomia universitária e restringem gastos com a educação.

“Acreditamos que a autonomia universitária ainda está muito longe da ideal”, enfatiza a Carta, citando como exemplo a lista tripla e a falta de paridade nas decisões internas, além de diversos outros fatores, que não refletem uma universidade realmente democrá-



Reprodução: Folha online

3/5/2007: Estudantes da USP aprovam a ocupação

## Leia mais

Em [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br), leia a íntegra das pautas de reivindicações dos estudantes do campus experimental de Rosana e da USP.

# A reforma da previdência em SP

## Mobilização leva o governo a recuar, mas a luta pela retirada do projeto que cria a SPPrev continua

No dia 25 de abril de 2007, a Assembléia Legislativa de São Paulo foi sacudida por uma manifestação de cerca de 20 mil funcionários públicos, durante audiência pública convocada para discutir o Projeto de Lei Complementar 30/2005, que cria a São Paulo Previdência (SPPrev), entidade que passaria a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM).

Os representantes das entidades presentes, entre elas a Adunesp, denunciaram a tentativa do governo de aprovar, a toque de caixa, um projeto que traz mudanças profundas para a previdência do funcionalismo, com prejuízos incontestáveis aos servidores. Entre as denúncias, estava a exclusão da SPPrev de parcela significativa do funcionalismo (os contratados sem concurso, com base na Lei 500, de 13/11/1974, e os Admitidos em Caráter Temporário, os chamados professores ACT's das escolas da rede estadual. A justificativa do governo era a exigência da Constituição Federal, a partir da Reforma da Previdência, em 2003, de que fossem incluídos nos sistemas previdenciários estaduais apenas os servidores efetivos. Estima-se que 205 mil servidores paulistas, dos quais 180 mil na ativa, ficariam de fora da SPPrev. Dentre eles, enquadram-se os professores precários e temporários das universidades estaduais paulistas.

Segundo o PLC 30, a SPPrev somente arcaria com os benefícios previdenciários dos servidores públicos titulares. Já a aposentadoria, a licença saúde, as pensões, a proteção à maternidade, os acidentes de trabalho e outros dos "excluídos" passariam para o INSS.

Outra denúncia levantada na audiência pública do dia 25 foi o caráter profundamente antidemocrático do



25 de abril: universidades presentes no ato em frente à Alesp

PLC 30, que conferia ao governo a indicação da maioria dos membros do Conselho Administrativo da SPPrev.

Com a aprovação da greve pelos professores da rede estadual, marcada para início em 4 de maio, e o evidente descontentamento do conjunto dos servidores, o governo decidiu recuar parcialmente. No dia 27 de abril, divulgou um substitutivo ao PLC 30 (ainda não enviado à Assembléia Legislativa), incluindo os "excluídos" e garantindo paridade no Conselho de Administração. "Nós sempre apoiamos os direitos dos chamados temporários", apressou-se a dizer Aloysio Nunes Ferreira, Chefe da Casa Civil do governo de São Paulo (*matéria divulgada em [www.sp.gov.br](http://www.sp.gov.br), 27/4/2007*).

Ao contrário do que diz o governo, no entanto, o recuo é produto indiscutível da mobilização do funcionalismo. No entanto, na análise das entidades, ainda permanecem no projeto ataques sérios aos servidores. O primeiro deles é que nem mesmo a inclusão dos temporários está garantida, pois as entidades temem tratar-se de uma armadilha do governo: a inclusão pode ser considerada inconstitucional posteriormente. Ou seja, ao invés de uma real concessão, a mudança no projeto poderia ser apenas uma manobra para es-

friar a mobilização neste momento.

Além disso, permanece no projeto a ameaça à aposentadoria integral e à isonomia com o pessoal da ativa. Também não fica claro o destino da dívida do Estado com o Ipesp (que será incorporado à SP-Prev), estimada em cerca de R\$ 160 bilhões.

Nos textos a seguir, vamos analisar os principais aspectos do projeto, com destaque para as preocupações relativas às universidades estaduais paulistas.

### Tudo começou em 1999

A reforma da previdência do funcionalismo paulista remonta a 1999. Naquele ano, o então governador Mário Covas enviou à Assembléia Legislativa o PLC 11/99, prevendo ataques brutais aos servidores, com cobrança de alíquotas de ativos e inativos que chegavam a 25%. Uma mobilização gigantesca da categoria, que protagonizou atos com dezenas de milhares de pessoas, forçou o governo a recuar e a engavetar a proposta.

Em 2005, o governador Geraldo Alckmin voltou à carga, enviando à Assembléia o PLC 30. Novamente, o descontentamento do funcionalismo e as contradições na base de sustentação do governo (naquele momento, o PFL procurava alçar vôo próprio) congelaram o debate.

Em 2007, Serra volta a carga e tenta fazer o que seus antecessores foram incapazes: enquadrar a previdência do funcionalismo estadual.

# Um projeto de ataque aos servidores

## Confira os motivos que levam a Adunesp e demais entidades do funcionalismo a exigirem a retirada do PLC 30/2005

Como foi dito na matéria da página anterior, o substitutivo ao PLC 30/2005, apresentado pelo governador José Serra no dia 27 de abril, não resolve graves problemas presentes no projeto, como o ajuste de contas, dívida do Ipesp, desvio de verbas, paridade entre ativos e passivos, garantia da integralidade etc. O fato de incluir os contratados com base na Lei 500, de 13/11/1974, e os ACT's das escolas da rede estadual, bem como a garantia da paridade no Conselho Administrativo da SPPrev, não solucionam estas questões. Vamos a elas:

### A dívida com o Ipesp

O projeto que cria a SPPrev prevê a incorporação do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp). Estima-se em cerca de R\$ 160 bilhões o total da dívida do estado com o Ipesp.

O artigo 27 limita-se a afirmar que ficam o Poder Executivo e o Ipesp autorizados a repactuar as dívidas e os haveres existentes entre si, além de consolidar as demais obrigações em favor da SPPrev, mediante ajuste que preveja o pagamento dos montantes devidos pelo estado em até 10 anos. No entanto, o parágrafo único deste mesmo artigo diz que toda quantia injetada pelo governo na SPPrev que exceda a sua contribuição obrigatória será utilizada para o abatimento desta dívida.

Em seu artigo 31, o projeto prevê que “a contribuição previdenciária do estado será correspondente ao dobro do valor da contribuição do servidor ativo”, ou seja, 22%. “Ora, como é possível acreditar que um governo que há anos não repassa os 6% de sua parte ao Ipesp, e nem os 2% relativos ao Iamspe, irá contribuir com 22% dos salários de todos os ativos?”, questiona o presidente da Adunesp, professor Milton Vieira do Prado Júnior. No caso das universidades estaduais paulistas, que têm autonomia, como ficaria a situação? Elas teriam que recolher os mesmos 22%? “Se as universidades tiverem que tirar esse montante dos seus parques

recursos, a situação ficará gravíssima”, prevê.

Sylvio Micelli, da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, explica que passivo atuarial é o total de valores que se refere a todos os recolhimentos feitos pelo servidor público em todos estes anos e pagos ao Ipesp, mensalmente, e de forma compulsória. Estes valores ficaram à disposição do Ipesp ou da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo. Micelli propõe que estes recursos sejam depositados numa conta exclusiva, um fundo previdenciário, que se destinará somente ao pagamento de aposentadorias e pensões, ficando proibida a sua utilização pelo governo para outras finalidades. “Além

disso, a cota-parte do governo nunca foi paga, sendo que os recursos são apenas do salário do servidor”, conclui.

### Cheque em branco quanto às alíquotas

O projeto que cria a SPPrev não regulamenta as condições básicas de desconto mensal das alíquotas de ativos e inativos e já dispõe que elas deverão ser apresentadas num novo projeto, em 180 dias após a aprovação do PLC 30.

“Isso é um absurdo”, denuncia Yvone Barreiros Moreira, da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo. “O governo, dentro do ponto de vista do cálculo econômico-financeiro, ao encaminhar sua proposta, deve explicar, detalhadamente, a situação da previdência estadual e comprovar, embasado em cálculos, o quanto deve ser estipulado para a contribuição financeira do custeio das aposentadorias e do custeio das pensões”, propõe.

Para Yvone, não há como dar um cheque em branco para um “desequilíbrio” não comprovado e que poderá significar aumento do desconto previdenciário, além dos 11% atuais, ou até mesmo ficarmos sujeitos a reajustes periódicos.

Augusto Tsutiya, ex-docente da Unesp dos *campi* de Ilha Solteira e Guaratinguetá e atual Procurador Federal em São José dos Campos, considera “óbvio que as receitas que vão ser arrecadadas serão insuficientes para fazer frente ao pagamento dos inativos”. Assim, para operacionalizar o equilíbrio de contas, ele vislumbra duas alternativas para o governo do estado, ambas danosas para o funcionalismo: 1) aumentar as receitas, com o aumento da contribuição do servidor; 2) diminuir as despesas, com a criação de regras que inviabilizem ou restrinjam a obtenção de benefícios, e o achatamento dos valores dos benefícios. É o que vem acontecendo no regime de previdência do trabalhador do setor privado (INSS).

### A situação das universidades

O PLC 30/2005 prevê, em seu artigo 25, que os valores dos benefícios pagos pela SPPrev serão deduzidos do repasse obrigatório dos recursos a outras entidades, órgãos ou poderes, dos quais os inativos, ou respectivos beneficiários, forem originais. Ou seja, ao contrário do que pensam algumas pessoas, a criação da SPPrev não traria qualquer alívio às contas das universidades estaduais paulistas, muito provavelmente levando à diminuição do atual repasse, já que poderiam ser descontadas as pensões que, atualmente, são pagas pelo Ipesp.

Outro problema grave é a exigência, prevista no artigo 31, de que o estado arque com o correspondente ao dobro do valor da contribuição do servidor ativo. Se valerem os índices atuais – a contribuição do servidor é de 11% – caberia às universidades repassar 22% do salário de cada servidor, exceto daqueles celetistas (estes já estão vinculados ao INSS e não se incluem na SPPrev).

Se esse montante sair dos 9,57% do ICMS destinado às universidades, é óbvio que haverá um colapso financeiro destas instituições.



— — — — —  
continua... ➤

— — — — —  
continua... ➤

## Maquiagem nos gastos

De acordo com o artigo 25 do PLC 30, os valores dos benefícios pagos pela SPPrev serão computados para efeito de vinculações legais e constitucionais de gastos em áreas específicas. “Nas entrelinhas, esse artigo permite ao governo descontar, do percentual de 30% das verbas vinculadas à educação ativa, os gastos com os aposentados”, explica o professor Francisco Miraglia, coordenador do Fórum das Seis. “É uma mistura de contas criminosa contra a sociedade, que agora passaria a ser legalizada”, enfatiza.

## Concursados pós 2003

Outra dúvida no PLC 30/2005 é a situação dos concursados pós 2003, em relação aos direitos e obrigações previdenciárias. Eles contribuem para a previdência de forma integral, mas o teto atual da aposentadoria, de acordo com as regras aprovadas pela Reforma da Previdência do governo federal, é de R\$ 2.894,28. O PLC 30/2005 e o substitutivo do Executivo não tratam disso.

O mais provável, segundo Augusto Tsutiya, é que, para a implantação do novo sistema, seja criada a Previdência Complementar Pública, no sistema de capitalização, para completar a aposentadoria dos novos servidores, que terão o seu benefício limitado ao

teto previsto no regime geral de previdência social (INSS). É aí, ao que parece, que se concentram os maiores interesses dos bancos, ávidos por colocar as mãos na previdência do funcionalismo.

## Ao sabor do mercado de capitais

Outro aspecto bastante criticado no projeto do governo é a pretensão de que o montante dos recursos da SPPrev, recebidos dos servidores públicos, seja aplicado no mercado de capitais. “É evidente o risco dessa modalidade”, considera Zilda Halben Guerra, da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo, Apampesp.

“Isso só seria admissível se o governo, na própria lei, declarasse expressamente que cobrirá todas as insuficiências financeiras dentro do fundo, sendo, obviamente, vedado o aumento no percentual de contribuição dos servidores públicos”, finaliza.

## Junta de Recursos

Na previsão original da SPPrev, havia quatro órgãos para cuidar de sua gestão: Conselho de Administração, Direção Executiva, Conselho Fiscal e Junta de Recursos. Na versão de José Serra, esta última deixa de existir e suas atribuições não são delegadas a nenhuma outra instância, ao menos expressamente. Como ficariam eventuais recursos por parte de servidores que se sintam prejudicados pela SPPrev?

## Pela imediata retirada do PLC 30

Diante destes fatos, a Adunesp e o Fórum das Seis consideram o PLC 30/2005 nocivo e, por isso, propõem a sua imediata retirada da Assembléia Legislativa. Em vez da tramitação a toque de caixa, como estamos vendo agora, propomos um amplo e democrático debate com as entidades representativas dos trabalhadores do serviço público de São Paulo, visando a construção de um modelo de previdência que realmente atenda aos interesses dos trabalhadores.

## Leia artigo de Augusto Tsutiya

Em [www.adunesp.org.br](http://www.adunesp.org.br), leia artigo de Augusto Massayuki Tsutiya, intitulado “O Regime de Previdência do servidor público do estado de São Paulo”, no qual ele resgata aspectos da história da previdência do funcionalismo público que ajudam a compreender o momento atual. Tsutiya foi docente da Unesp nos campi de Ilha Solteira e Guaratinguetá. Foi diretor da Adunesp (gestão 94-96). Atualmente, exerce o cargo de Procurador Federal em São José dos Campos e é professor dos cursos de pós-graduação em Direito e serviço Social na Universidade de Taubaté/SP.

## Rápidas

### Apoio aos metroviários

O Fórum das Seis elaborou uma moção de apoio à luta dos metroviários. De maneira truculenta e ilegal, o governador José Serra demitiu cinco membros da diretoria do sindicato da categoria, “acusando-os” de fazer greve. A Adunesp reforça a moção do Fórum, já encaminhada à direção do Metrô e ao governo do estado. Veja o texto:

“O Fórum das Seis manifesta sua indignação e seu veemente repúdio diante da demissão de cinco metroviários que ocupam postos de direção no Sindicato dos Metroviários de São Paulo (...). Tal atrocidade deveu-se ao fato de os referidos diretores participarem de dia de luta nacional (23/4), convocado pelas centrais sindicais, contra a derrubada do veto presidencial à Emenda 3, configurando-se numa tentativa explícita de repressão à organização sindical não apenas desta categoria, mas de todos os trabalhadores brasileiros. Assim, o Fórum das Seis insta os responsáveis por esse ato autoritário e intimidatório a reverter tais demissões no mais curto tempo.”

### Não ao ataque do governo Lula ao direito de greve

O governo Lula anunciou a intenção de “regulamentar” o artigo da Constituição de 1988 que garante o direito de greve no serviço público. Regulamentar, neste caso, significa estabelecer setores que podem ou não podem parar, percentuais de funcionamento em caso de greve etc. “Penso que há abusos em greves, não apenas no setor público, mas também em outras categorias, mas cada um de nós paga o preço pelo exagero que cometemos, seja no governo, seja no movimento sindical. O que nós queremos garantir é a liberdade de negociação”, disse Lula (*Folha de S. Paulo*, 3/3/2007).

A intenção do governo é clara: impedir que o funcionalismo público se organize e repita as grandes greves que marcaram o primeiro mandato de Lula, particularmente contra a Reforma da Previdência e por reajuste salarial.

A alegação de que a regulamentação é uma exigência legal não se sustenta. Muitos outros artigos da Constituição estão por regulamentar, como é o caso do que trata da limitação dos lucros dos bancos. Mas este parece não incomodar o governo, que prefere atacar o direito de livre organização dos trabalhadores do serviço público.

### Professores da Unimep apontam o caminho da luta e conquistam readmissão

A greve dos docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), que durou 35 dias, acabou de forma vitoriosa. A reitoria concordou em reintegrar 148 docentes demitidos no dia 7/12/2006. A Associação dos Docentes da Unimep (Adunimep) informa que, no processo de luta, a justiça chegou a dar ganho de causa à categoria 11 vezes, mas as decisões não vinham sendo acatadas pela reitoria.



A assembleia que aprovou a volta ao trabalho

(Foto: Gentileza Adunimep)